

ano 23 – n. 86 | outubro/dezembro – 2022
Belo Horizonte | p. 1-226 | ISSN 1808-5628
R. bras. de Dir. mun. – RBDM

**Revista Brasileira de
DIREITO MUNICIPAL**

RBDM

FORUM
CONHECIMENTO JURÍDICO

Sumário

DOCTRINA

ARTIGOS

A consensualidade, o direito administrativo sancionador e o papel da advocacia pública: regra de calibração e interdependência na LINDB

Raphael Diogenes Serafim Vieira, João Victor Tavares Galil	9
1 Considerações introdutórias	10
2 A consensualidade aplicada no direito administrativo sancionador	11
3 Regra de calibração: a consensualidade no exercício da função administrativa e a obrigatoriedade de atuação do órgão jurídico	14
4 Conceito de órgão jurídico	17
5 A natureza jurídica da oitiva do órgão jurídico prevista no art. 26 da LINDB: (i) parecer jurídico obrigatório e (ii) requisito procedimental para a celebração do termo de compromisso	19
6 Agente público competente para emitir o “parecer” imputado ao órgão jurídico sobre a viabilidade técnica do termo de acordo	23
7 Considerações finais	28
Referências	30

Contratação de artistas – Foco atual: processo e cuidados contemporâneos

Ana Júlia Pereira, Jefferson Santana, José Carlos Pacheco de Almeida, Leonardo Vieira de

Souza	33
Introdução	33
Desenvolvimento	36
Contrato de exclusividade	36
Cotação de preços	39
Evolução do debate e recentes posicionamentos envolvendo o tema	40
Conclusão	43

A prestação de serviços públicos digitais: um estudo de caso sobre a proteção de dados pessoais nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Nova Iorque

Sílvio Tadeu de Campos	45
Introdução	46
1 A eficiência na prestação de serviços públicos	47
2 Proteção de dados pessoais no Setor Público	49
3 Tratamento de dados pessoais nos municípios de São Paulo, Nova Iorque e Rio de Janeiro	52
3.1 São Paulo e proteção de dados pessoais no caso do aplicativo E-saúde SP	53
3.2 Nova Iorque e protocolos de privacidade	57
3.2.1 O Projeto de Lei Estadual S6701B de Nova Iorque	60
3.3 A proteção de dados pessoais no município do Rio de Janeiro	61
Conclusão	62
Referências	63

INFORMAÇÕES JURÍDICAS REFERENCIAIS E PARECERES

Informação Jurídica Referencial PGM nº 16 (SEI nº 20135146) – Processo SEI nº 18.0.000063105-8

Daniela Copetti Cravo	69
1 Introdução	69
2 Desenvolvimento – Análise jurídica	70
2.1 Parklets	70
2.2 Documentos	71
2.3 Análise e aprovação	72
2.4 Decreto	72
2.5 Termo de permissão de uso	73
2.6 Requisitos mínimos de instrução do processo	75
3 Conclusão	76

Avaliação do edital de credenciamento para aquisição de vagas na educação infantil – etapa creche, junto a instituições e escolas privadas de ensino de educação infantil com fins lucrativos, para crianças em situação de vulnerabilidade socioeconômica

Rafaela Peixoto Azevedo	79
I Relatório	79
II Fundamentos jurídicos	81
1 Preliminarmente	81
2 Da manutenção e desenvolvimento do ensino	81
2.1 Da necessidade de ampliação do acesso ao ensino infantil	84
3 Do uso dos recursos do MDE para o pagamento de vagas na educação infantil em escolas privadas com fins lucrativos	87
III Conclusão	94

CARTILHA DE ORIENTAÇÃO

Cartilha de orientação: passo a passo para elaboração das emendas impositivas parlamentares – Lei Orçamentária Anual. Exercício 2023

Cristiane Bandeira da Silva	97
1 Apresentação	97
2 O que são emendas parlamentares?	98
2.1 Quais prazos para o alinhamento das leis orçamentárias aos programas e ações previstos no Plano Plurianual – PPA 2022-2025?	99
2.2 Emendas parlamentares e suas espécies	100
2.3 Quais são os percentuais das emendas impositivas?	100
2.4 As emendas individuais são de execução orçamentária obrigatória?	101
2.4.1 Remanejamento das emendas (EC nº 100/2019)	102
2.4.2 Exceções ao não cumprimento	103
2.5 Limitação das emendas impositivas pelo Poder Executivo	104
3 Impedimentos de ordem técnica	104
3.1 Hipóteses de impedimentos de ordem técnica	105
4 Das vedações	106
5 Como receber os recursos de emendas parlamentares individuais?	106
5.1 Quem pode receber?	107
5.1.1 Entidades sem fins lucrativos	107

5.2	Documentação necessária.....	107
6	Passo a passo: roteiro para elaboração do plano de trabalho	109
	Referências	109
	Anexos	111
	Anexo I – <i>Checklist</i> dos documentos necessários para apresentação dos projetos – emenda parlamentar individual – posterior celebração de parcerias com a Administração Pública, conforme Lei nº 13.019/2014	111
	Anexo II – <i>Checklist</i> dos requisitos necessários para celebração de parcerias com a Administração Pública, conforme Lei nº 13.019/2014	112
	Anexo III – Minuta de roteiro para elaboração de Plano de Trabalho.....	113

JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

ACÓRDÃOS NA ÍNTEGRA

Supremo Tribunal Federal

ADPF – Artigo 15, §1º, da Lei nº 9.424/1996, e artigo 2º da Lei nº 9.766/1998, alterados pela Lei nº 10.832/2003 – Sistemática de distribuição aos estados e municípios dos valores arrecadados a título de salário-educação – Critério de repasse proporcional ao percentual de arrecadação em cada estado – Ofensa ao artigo 12, §6º, da Constituição Federal de 1988, incluído pela EC nº 53/2006 – Critério único de repartição – Quantitativo de alunos matriculados na educação básica – Interpretação constitucional que prestigia os objetivos da república e a efetivação de direitos humanos. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 188/DF..... 119

Supremo Tribunal Federal

Recurso Extraordinário – Constitucional – Fixação de teto para Requisição de Pequeno Valor (RPV) pelos entes federados, em montante inferior ao estabelecido no artigo 87 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) – Possibilidade – ADI's nº 2.868/PI, 4.332/RO e 5.100/SC – Lei nº 10.562/2017 do Município de Fortaleza – Adoção do valor equivalente ao maior benefício do regime geral de previdência social – Declaração de inconstitucionalidade incidental na origem. Repercussão Geral no Recurso Extraordinário nº 1.359.139/CE.....171

Superior Tribunal de Justiça

Processo Civil – Administrativo – Ação Popular – Lei de efeitos concretos – Possibilidade – Lesão patrimonial – Desnecessidade – Prefeito – Iniciativa e sanção de lei – Legitimidade passiva – Advocacia pública – Atuação – Ressarcimento dos honorários – Tramitação do projeto de lei – Dano – Não ocorrência. Agravo em Recurso Especial nº 1.408.660/SP 179

Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Penal e Processo Penal – *Habeas Corpus* – Crime previsto no artigo 312 do Código Penal – Secretária Municipal de Finanças – Medidas cautelares diversas da prisão – Suspensão do exercício da função pública – Possibilidade – Remuneração garantida – Proporcionalidade e razoabilidade da medida – Contemporaneidade – Ordem denegada. *Habeas Corpus Criminal* nº 1020294-22.2022.4.01.0000 189

Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Ação Civil Pública – Lei municipal – Crise de saúde causada pela Covid-19 – Contratação de médicos estrangeiros sem diploma validado em território nacional – Exceção do Programa “Mais Médicos” – Inaplicabilidade aos entes municipais. Apelação Cível nº 5001158-41.2020.4.04.7215/SC..... 195

Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

Consulta – Prefeitura Municipal – Servidor público – Contratação temporária – Necessidade temporária de excepcional interesse público – Substituição de servidor licenciado, sem remuneração, para tratar de interesses particulares – Necessidade de lei local autorizativa – Autonomia dos entes federativos – Observância aos demais requisitos constitucionais e legais – Possibilidade. Processo nº 1114748 203

EMENTÁRIO 215

TENDÊNCIAS JURISPRUDENCIAIS 223

INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES.....225